

PODER JUDICIÁRIO

EIXO ESTRUTURANTE

EFETIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO

A Constituição brasileira preceitua que os direitos dos cidadãos serão tutelados pelo Estado. O desafio para o Poder Judiciário é tornar-se efetivo agente de uma Justiça acessível, célere, voltada para os interesses dos cidadãos e respeitada pela sociedade.

Nesse sentido, foram criados diversos institutos e instrumentos de legitimação do acesso efetivo da população à Justiça. Garantir esse direito significa empreender esforços na construção de um sistema jurídico pelo qual os cidadãos possam reivindicar e resolver seus questionamentos sob os auspícios do Estado. Deve o sistema ser acessível a todos e produzir resultados que sejam social e igualmente justos e satisfatórios, de forma tempestiva. O acesso à Justiça compreende, ainda, a redução dos obstáculos jurídicos, econômicos e sociais e a distribuição de meios que garantam a presença efetiva de serviços judiciais em todas as regiões do estado em tempo razoável.

A garantia da equidade na Justiça e a percepção dos direitos individuais são reforçadas com a celeridade e eficácia no atendimento às demandas. Assim, ampliar os índices de acesso à prestação de serviços judiciais com eficiência e qualidade é prioridade estabelecida pelo Tribunal de Justiça da Bahia, de

modo a concorrer para a harmonia e o equilíbrio da sociedade. A solução dos problemas do Judiciário demanda esforço e integração de magistrados e servidores em torno de uma estratégia compartilhada, focando a importante missão que lhe é confiada e ensejando uma atuação transparente, dinâmica e independente. A necessidade do constante aprimoramento da gestão requer um plano que objetive a construção de um Poder mais democrático, descentralizado e integrado, que disponha de infraestrutura e corpo funcional adequados e promova otimização e distribuição de recursos em função dos compromissos assumidos com a sociedade, além de sistematizar sua atuação para evitar a solução de continuidade decorrente das mudanças de gestão.

Com base nesses pilares e inspirado no Plano Estratégico, que consolida as diretrizes do Tribunal de Justiça de 2010 a 2014, refletindo a política do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o Poder Judiciário do Estado da Bahia direcionou a construção do seu programa de trabalho para o próximo quadriênio, conferindo prioridade à implementação de políticas que privilegiem a visão de futuro do Poder, comprometida com a excelência dos serviços jurisdicionais e com a missão de assegurar o acesso à Justiça a todos os cidadãos.

ÁREA TEMÁTICA **JUSTIÇA**

Em busca de melhor atender aos interesses da sociedade, no que concerne às crescentes demandas dos serviços prestados pelo Poder Judiciário, contextualiza-se a proposta deste programa temático denominado Justiça Presente, composto de quatro compromissos focados (i) na descentralização, celeridade e ampliação dos serviços de acesso à justiça, (ii) na resolução consensual de conflitos, (iii) na transparência dos serviços prestados à população e (iv) no desenvolvimento de ações de cunho administrativo que favoreçam o bom desempenho dos serviços judiciais, capazes de serem realizados numa projeção quadrienal, com vistas a assegurar respostas satisfatórias aos cidadãos.

Com esse propósito, o Tribunal de Justiça apresenta, em seu plano, ações que favorecem a celeridade e o aprimoramento dos índices de eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento de suas atividades,

como a implantação de novas unidades, o fortalecimento das práticas de conciliação, a correição e fiscalização dos serviços judiciais, a modernização da infraestrutura, a publicidade das ações desenvolvidas pela instituição, a capacitação dos magistrados e servidores e o suprimento adequado do quadro de pessoal, entre outras.

Desta forma, o Poder Judiciário apresta-se no sentido de contribuir com o fortalecimento da paz social, mobilizando-se para o enfrentamento ao desafio de ampliar o acesso à prestação de serviços jurisdicionais equânimes e com crescente qualidade, atento aos chamamentos e anseios de uma sociedade que, a cada dia, exerce sua cidadania com níveis cada vez mais elevados de consciência e participação.

| | |
|--------------------------|--|
| Eixo Estruturante | EFETIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO |
| Área Temática | JUSTIÇA |
| Programa | JUSTIÇA PRESENTE |

Ementa

Oferecer condições ao Poder Judiciário para melhorar o desempenho da prestação de serviço jurisdicional no atendimento às demandas sociais

Recursos do Programa R\$ 407.644.000,00

| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Índice Esperado PPA |
|---|-------------------|------------|--------|---------------------|
| | | Data | Índice | |
| Índice de Acesso à Justiça | % | 2010 | 69,00 | 79,00 |
| Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas 1º Grau | % | 2010 | 56,00 | 86,00 |
| Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas 2º Grau | % | 2010 | 22,00 | 32,00 |
| Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas Juizados Especiais | % | 2010 | 64,00 | 84,00 |
| Taxa de Efetividade nas Audiências de Conciliação Realizadas Pré - Processuais | % | 2010 | 52,00 | 62,00 |
| Índice de Execuções das Ações Estratégicas | % | 2010 | 6,00 | 39,00 |

Compromisso Facilitar o acesso à justiça para atender os direitos do cidadão mediante o desenvolvimento de ações que propiciem a expansão e a celeridade dos serviços

Órgão Responsável Tribunal de Justiça

Meta Aumentar para 79% os municípios atendidos por Unidades Judiciais

| Regionalização | Quantidade / Detalhamento | Unidade de Medida |
|----------------|---------------------------|-------------------|
| Estado | 79 | % |

Meta Implantar em 100% o processo eletrônico para atender o 1º e 2º Graus do Poder Judiciário

| Regionalização | Quantidade / Detalhamento | Unidade de Medida |
|----------------|---------------------------|-------------------|
| Estado | 100 | % |

Entrega/Iniciativa

Implantação de serviços virtuais da justiça

Ampliação de serviços de acesso à justiça

Implantação de unidades judiciárias

Compromisso Incentivar a conciliação e outras formas alternativas para resolução de conflitos, de modo a agilizar o atendimento judicial, promovendo a negociação e mediação entre as partes envolvidas

Órgão Responsável Tribunal de Justiça

Meta Ampliar para 66% a taxa de efetividade das audiências de conciliação

| Regionalização | Quantidade / Detalhamento | Unidade de Medida |
|----------------|---------------------------|-------------------|
| Estado | 66 | % |

Entrega/Iniciativa

Implantação de núcleos de conciliação

Implantação de núcleos de justiça restaurativa

| | |
|--------------------------|--|
| Eixo Estruturante | EFETIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO |
| Área Temática | JUSTIÇA |
| Programa | JUSTIÇA PRESENTE |

Entrega/Iniciativa

Realização de mutirões de conciliação

Realização de campanhas de publicidade nas conciliações

| | |
|--------------------|---|
| Compromisso | Propiciar a transparência das ações do Poder Judiciário, favorecendo a credibilidade da instituição perante a sociedade |
|--------------------|---|

| | |
|--------------------------|---------------------|
| Órgão Responsável | Tribunal de Justiça |
|--------------------------|---------------------|

Entrega/Iniciativa

Fortalecimento da Ouvidoria

Implantação da TV Justiça

Fortalecimento do orçamento participativo

Realização de campanhas de publicidade institucional

Reestruturação do portal eletrônico

| | |
|--------------------|--|
| Compromisso | Buscar excelência na gestão e melhores condições de trabalho para garantir o bom desempenho das atividades judiciárias |
|--------------------|--|

| | |
|--------------------------|---------------------|
| Órgão Responsável | Tribunal de Justiça |
|--------------------------|---------------------|

Entrega/Iniciativa

Aperfeiçoamento de controle do recolhimento de custas

Padronização de procedimentos administrativos

Correição e fiscalização de unidades judiciárias

Implantação do escritório de projetos

Desenvolvimento de ações voltadas à otimização na utilização de recursos naturais

Implantação de sistema integrado de custos

Ampliação do Programa de Controle de Acesso

Desenvolvimento de ações de avaliação de desempenho e produtividade dos servidores

Implantação do Programa de Gestão por Competências

Capacitação para magistrados e servidores

Modernização do Plano de Carreiras

Realização de concurso público

Construção, ampliação e reforma de unidades judiciárias

Aquisição de imóveis para instalações de unidades judiciárias

Aquisição de equipamentos para unidades judiciárias

Modernização de sistemas informatizados

Aquisição de equipamentos de informática

Modernização da frota de veículos